

■ Tema

50 anos de democracia: fez-se muito e falta fazer muito

Ana Pina, Bianca Marques e Inês Correia Botelho
apina@medianove.com

A liberdade irrompeu na madrugada de uma quinta-feira. Em Abril de 74. "Faltam cinco minutos para as 23 horas. Conosco Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74: 'E depois do adeus.'" João Paulo Diniz anuncia, a canção toca. O golpe militar para derrubar Marcelo Caetano, pondo fim a uma ditadura de 48 anos, instituída por Salazar, está em marcha.

Como seria expectável, a democracia que agora celebra cinco décadas tem levado tempo a amadurecer. É um processo inacabado. Mas as conquistas foram imensas, do fim da censura aos direitos civis, da entrada na CEE - Comunidade Económica Europeia às promessas de igualdade de género. A democracia consolidou-se, soube ultrapassar períodos de forte crispação política, como o PREC - Processo Revolucionário em Curso, e manteve-se firme, nos tempos mais recentes, perante o aparecimento de movimentos populistas.

Os desafios, esses, estão sempre à espreita. A liberdade de expressão e a imprensa livre, por exemplo, ganharam pleno significado no 25 de Abril. Mas, 50 anos volvidos, "a liberdade de expressão enfrenta dois riscos reais, ironicamente suscitados por discursos que exacerbam a sua defesa, entendendo-a de forma irrestrita", alerta André

Barata, filósofo e professor catedrático da UBI - Universidade da Beira Interior. "A liberdade de expressão sem compromisso com a verdade é uma forma sem conteúdo, uma espécie de libertinagem da expressão, muito afim da pós-verdade, em que o valor do que se diz depende apenas da notoriedade que alcança", acrescenta.

"Por outro lado, a liberdade de expressão também se deteriora quando é assumida como inocua. Sob o suposto errado de que ofender não agride, a defesa da liberdade de expressão disfarça a intenção de defender a liberdade de agredir, humilhar, intimidar e, na verdade, de calar", realça André Barata, antes de concluir que "podemos mesmo dizer que a evocação da liberdade de expressão é, hoje, um lugar de manipulação populista".

Isto sem esquecer que "a debilidade crescente da imprensa livre é o outro lado da moeda. Com um modelo de negócio cada vez menos sustentável e, por isso, cada vez mais vulnerável a grupos de interesse, há o risco de uma inversão que leve a imprensa e os outros media jornalísticos a adaptar-se aos ventos do tempo, fazendo perigar a própria ideia de um espaço público", alerta o professor da UBI, antes de concluir: "O destino da imprensa livre, do pluralismo e da liberdade de expressão estão ligados".

Tomar o pulso à sociedade portuguesa
Precisamente para podermos

tomar o pulso à sociedade portuguesa, trazemos para este artigo alguns dos dados obtidos na sondagem "Os portugueses e o 25 de Abril", realizada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, numa parceria

"Sob o suposto errado de que ofender não agride, a defesa da liberdade de expressão disfarça a intenção de defender a liberdade de agredir, humilhar, intimidar e, na verdade, de calar. O destino da imprensa livre, do pluralismo e da liberdade de expressão estão ligados", diz o filósofo André Barata

com a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, o Expresso e a SIC. Um estudo que pretende apurar de que forma os portugueses percebem o 25 de Abril. 65% dos inquiridos escolheram o 25 de Abril de 1974 como o facto mais importante da história do país.

Mas importa ressaltar que embora esta opção tenha sido também a mais escolhida nos estudos anteriores (52% em 2004 e 59% em 2014, se registou um aumento significativo na percentagem de inquiridos que selecionaram este facto.

Já a questão "Considera que a forma como se levou a cabo a transição para a democracia é motivo de orgulho para os portugueses", 81% dos inquiridos responderam afirmativamente - uma opinião ligeiramente mais comum hoje do que era há 20 anos. O mesmo estudo apurou ainda que 73% dos inquiridos para quem a sociedade portuguesa mudou "muito" ou "bastante", consideraram que estas mudanças "só aconteceram por causa do 25 de Abril", enquanto 20% afirmam que "teriam acontecido na mesma". Trata-se de um padrão semelhante ao observado em 2004 (68% e 23%), sendo que, em 2014, a diferença entre os que atribuíam as mudanças ao 25 de Abril (49%) e os que pensavam que as mesmas teriam acontecido de qualquer maneira (35%) era muito menor.

Entre a memória histórica e a democracia em números
"Comparando Portugal com o



JOSE SENA GOULÃO/LUSA



Num estudo de opinião divulgado este mês, 65% dos inquiridos escolheram o 25 de Abril de 1974 como o facto mais importante da história do país

dissidentes da experiência de Marcelo Caetano". Além de frisar que o golpe de estado foi executado pelo "movimento dos capitães, organizado não hierarquicamente nas colónias e em Portugal", e que este foi "extremamente bem-sucedido e extremamente bem planificado", realçou que "Portugal é uma democracia que, sob o ponto de vista da memória oficial, é, no fundamental, antiautoritária".

Já na opinião de João Soares, ex-deputado socialista, "a perda da memória histórica é a evolução natural das coisas. Mas eu acho, e parece que vários estudos o indicam, que há uma consciência clara do que representou a Revolução. E, sobretudo, foi uma revolução, não foi uma transição. Essa é que é a grande mais-valia que nós temos", diz a respeito da importância da memória histórica, antes de referir que o 25 de Abril "foi uma revolução contra a guerra colonial" e que "quem comandou e executou a revolta foram os militares que tinham passado pela Academia Militar, pois esses haviam percebido que não havia solução militar para a guerra e que o poder político autoritário não queria encontrar uma solução política".

resto da Europa, acha que o nosso regime é em geral, mais democrático do que os outros, tão democrático como os outros ou menos democrático do que os outros?" A resposta a esta questão, colocada pela sondagem já referida, revela que, em 2024, a maioria dos inquiridos (67%) considera Portugal "tão democrático" quanto os restantes países europeus. Uma percentagem que não vindo a subir gradualmente desde 2004.

De notar, também, a descida acentuada, entre 2004 (29%) e 2024 (17%), na proporção de inquiridos que entendem que Portugal tem um regime "menos democrático" que o resto da Europa. Neste inquérito, a proporção dos que não sabiam ou recusaram responder a esta pergunta é muito menor que em 2004 e 2014.

Por ocasião dos debates realizados, a 17 de abril, na Embaixada de França, que se associou à comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, "Olhares Cruzados", um dos painéis refletiu sobre a memória histórica.

António Costa Pinto, professor e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa, salientou que, "em Portugal, na democracia contemporânea, depois do 25 de Abril, os partidos à esquerda do espectro político tinham a legitimidade antifascista, e, como é sabido

- ao contrário de Espanha, que provém do núcleo duro do regime autoritário - os principais partidos do centro e direita foram grandes críticos liberais do Marcelismo, que são, digamos assim,

E se os números não dizem tudo, muito revelam e ajudam a compreender as mudanças no país. No dia em que a democracia portuguesa celebra cinco décadas, a Pordata - a base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos - divulgou um retrato que mostra como Portugal era em 1974 e no que país que é hoje.

Dos diversos indicadores analisados, destaque para o facto de, em 1974, Portugal ser o país da União Europeia onde mais crianças morriam com menos de um ano, sendo que, em 2022, o país ocupava o top dez dos países com menor taxa de mortalidade infantil. Uma evolução notável, a par da taxa de analfabetismo, que passou, em 1970, de 25,6% (um em cada quatro portugueses) para 3,1% em 2021.

Do outro lado da moeda está a habitação, por exemplo. Segundo a Pordata, o número de casas (alojamentos familiares clássicos) duplicou de 2.702.215, em 1970, para 5.970.677 em 2021. Mas importa referir que, nos últimos anos, o aumento dos preços das casas veio relançar o debate sobre a habitação. Apesar de, em Por-

tugal, 70% dos alojamentos de residência habitual serem casas próprias, é de ressaltar que 18% das pessoas diz-se incapaz de aquecer convenientemente a sua habitação e 29% dos inquilinos vivem em sobrecarga financeira com as despesas de habitação.

Contactado pelo JE, o economista Pedro Braz Teixeira sublinha que, para combater a crise na habitação, "o essencial é definir metas ambiciosas de construção, no mínimo de 50 mil habitações por ano (novas e reabilitadas), o dobro do actual, para aumentar a oferta de fogos disponíveis". E explica que "estas metas precisam de ser não só ambiciosas como de longa duração, para justificar investimentos do sector da construção em

novos equipamentos e na contratação de pessoal".

Mas não só. É igualmente essencial "tornar aliciante a colocação de habitações para arrendamento, ao contrário da actual legislação, que dá um benefício fiscal mínimo em contrapartida de o senhorio ficar prisioneiro de contratos longuíssimos", realça Pedro Braz Teixeira.

Outro indicador divulgado pela Pordata remete para o salário mínimo, que tem hoje mais poder de compra. Em 1974, este correspondia a 16 euros (valor nominal) e, em 2023, ascedia a 760 euros. Refira-se ainda que 2017 foi o primeiro ano em que o poder de compra superou o de 1974. Já no que respeita ao desemprego, Sandro Mendonça, Prof. ISCTE Business School e Fellow Economist da Comissão Europeia, chama a atenção para três 'frentes'. "Primeiro: sim, é mesmo preciso combater o desemprego, e isso é uma função do Estado. O desemprego tem enormes custos pessoais, para a economia e também para as Finanças Públicas. Segundo: não, as principais causas do desemprego não são voluntárias. O desemprego é sobretudo resultado de flutuações conjunturais, do desajuste das aptidões individuais face ao mercado de trabalho e do grau de competitividade externa da economia", salienta.

Em terceiro lugar, Sandro Mendonça coloca as políticas públicas, que "devem alinhar o estímulo ao emprego com o incentivo à produtividade (bons salários e retorno ao esforço!), manter a pressão para as competências e o espírito de iniciativa (que significa formação e empreendedorismo de base técnica)". Assim como "devem reforçar a base exportadora da economia portuguesa - que impõe uma capacidade do Estado para investir em infraestruturas, inovação, intangíveis, integridade, desburocratização e segurança".

A saúde enquanto espelho da demografia

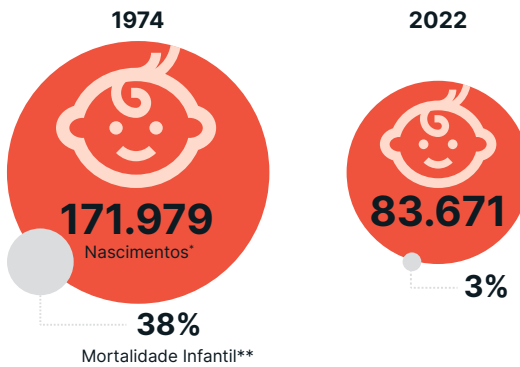
A população portuguesa cresceu desde 1974, mas houve um decréscimo de 45% no número de crianças e jovens com menos de 15 anos, e quase triplicou o número de pessoas com 65 ou mais anos. Tudo isto impacta a área da saúde, e, apesar dos dados apresentados pela Pordata mostram que há muitos mais médicos e enfermeiros registados, de



Apesar de, em Portugal, 70% dos alojamentos de residência habitual serem casas próprias, 18% das pessoas diz-se incapaz de aquecer convenientemente a sua habitação e 29% dos inquilinos vivem em sobrecarga financeira com as despesas de habitação

Em 2023, há cinco vezes mais alunos no ensino superior do que em 1978 (446 mil vs. 82 mil), e há mais mulheres do que homens

Saúde



*Bebés nascidos com vida (nados-vivos)
 **Durante o primeiro ano de vida, por 1000 nados-vivos
 Fonte: INE/PORDATA

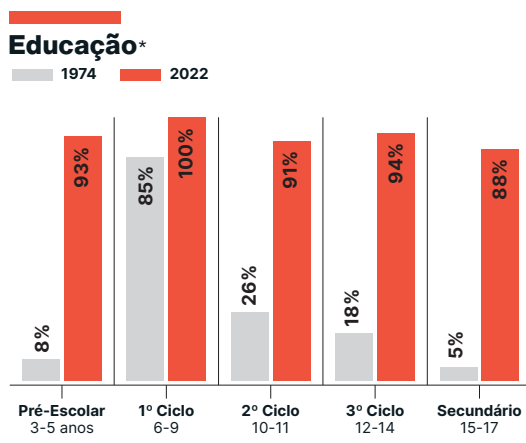
1975 a 2021, não foi apenas o crescimento do número de profissionais de saúde que mudou. Pedro Pita Barros, professor catedrático da Faculdade de Economia, na Nova, sublinha que "mudou a população e, com ela, as respostas que o sistema de saúde dá". Em cinco décadas, "surgiram novos problemas e acentuaram-se outros, como o cancro e as demências a acompanharem o aumento da longevidade. As tecnologias disponíveis são muito diferentes. As competências técnicas das várias profissões de saúde evoluíram. O mesmo número de profissionais de saúde consegue hoje fazer muito mais pela população". A explicação, diz, é que "parte é evolução global, parte é construção de todo o sistema de saúde



ANTÓNIO COTRIN/LUSA

português”. E quais são os principais desafios? “O grande desafio para o sistema de saúde está em continuar a adaptar-se às necessidades da população, com evolução também dos papéis dos vários grupos profissionais da saúde, e à evolução tecnológica, sendo o mais recente ‘choque tecnológico’ a digitalização e o que a inteligência artificial poderá fazer, de uma forma financeiramente justa, e em que ninguém fique de fora”.

Na Educação, o principal objetivo foi, precisamente, não ‘deixar ninguém de fora’. Até à década de 1970, as crianças não frequentavam além dos quatro anos do ensino primário, o atual 1.º ciclo, mas com o aumento da escolaridade obrigatória generaliza-se o acesso ao ensino,



*Alunos inscritos em idade normal de frequência de um ciclo face à população nos mesmos níveis etários
 Fonte: DGEEC, INE/PORDATA

como demonstra a taxa real de escolarização. Atualmente, com exceção do secundário, mais de 90% das crianças frequentam os diferentes ciclos de ensino. E também o acesso ao ensino superior se tornou uma realidade. Em 2023, há cinco vezes mais alunos do que em 1978 (446 mil vs. 82 mil), e há mais mulheres do que homens. De acordo com os Censos de 1970, apenas 49 mil pessoas em Portugal tinham o ensino superior, não chegando a 1% da população com 15 ou mais anos. Os Censos de 2021 registaram 1,8 milhões de pessoas com este grau de ensino, o equivalente a 20% da população; 60% são mulheres.

Segundo Maria José Simão, professora aposentada, “as maiores conquistas no ensino após o 25 de Abril foram a implementação do ensino obrigatório e a gestão democrática da escola. É uma extraordinária conquista, mas há muitos desafios pela frente”. E destaca a “promoção da integração social, linguística e relacional de alunos oriundos da imigração. E a formação de professores especializados” na resposta a essas necessidades, na medida em que “há salas de aula com um número elevado de alunos de etnias variadas, sem domínio da nossa língua ou sequer do inglês”.

Não menos importante, sublinha Maria José Simão, é a “adaptação do currículo à realidade, contemplando literacia digital, económica, tecnológica, cívica e relacional”, assim como um “maior investimento em cursos tecnológicos alicerçados em projetos reais, como forma de motivação, recuperação e inserção na vida ativa, de alunos com percurso escolar de insucesso”. E remata dizendo que “é fundamental a ligação da escola ao mundo empresarial”.

Um país mais cosmopolita mas com menos biodiversidade

“Embora turismo rime com fascismo, na verdade, uma ditadura não é muito compatível com movimentos transfronteiriços de pessoas. Portanto, não estranharemos que em 1974 o nosso turismo fosse essencialmente interno, panorama que, 50 anos depois, se alterou bastante. Mas a mudança foi tanto na origem dos turistas como no seu número. E este é apenas um dos indicadores que atestam o crescimento do turismo em Portugal

e de Portugal no turismo”, elabora Vera Gouveia Barros, economista. O que desejar para os próximos 50 anos? “Sustentabilidade. Sim, é uma palavra gasta, mas não perdeu o sentido. Quer-se um turismo que cresça em qualidade, que gere mais riqueza – e, com ela, empregos mais bem remunerados e mais estáveis – a partir do mesmo número de hóspedes”, diz, antes de colocar a tônica na importância da “diversificação de mercados emissores, de encontrar os visitantes que, nos vários pontos do globo, estão dispostos a pagar mais pelos vários produtos turísticos que Portugal tem e que, vindos de outras geografias, ajudam a combater a sazonalidade e a aumentar a estada média”.

Não foi só a democracia que mudou ao longo dos últimos 50 anos. Como refere Ângela Morgado, diretora executiva da ANP/WWF, “o Planeta mudou, o País mudou, a paisagem florestal mudou, o curso livre dos rios mudou, os oceanos e a paisagem costeira mudaram, a biodiversidade mudou – e regrediu com muitas espécies que desapareceram –, a nossa alimentação mudou, os hábitos de consumo mudaram, o turismo mudou”.

E muito se perdeu neste período. “Perdemos um clima ameno e as quatro estações devido às alterações do clima, perdemos 70% da nossa biodiversidade, perdemos orla costeira, ‘ganhámos’ em seca e escassez hídrica, ‘ganhámos’ rios com barreiras, os incêndios rurais evoluíram para mega incêndios, e a desflorestação aumentou”, elenca a responsável.

A qualidade de vida e a saúde do planeta tornaram-se desígnios, “todos as querem, mas a ação esquece-se de as contemplar”. Fazem falta “medidas e ações para garantir que esses objetivos são realmente concretizados. Por exemplo, aprovar e concretizar uma Lei do Restauro eficaz, mais investimento para a conservação da natureza e das espécies, entre outras”. Da mesma forma que fazem falta “estudos rigorosos e abrangentes para mostrar aos portugueses os desafios que temos pela frente caso não coloquemos a natureza no centro das decisões”, sintetiza Ângela Morgado antes de sugerir o mote para este repto. “Natureza próspera, uma sociedade a prosperar”.



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



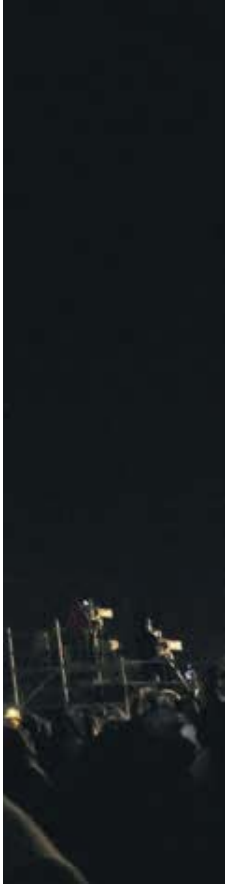
MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

E foi também palco de fogo de artifício e de temas de Zeca Afonso, José Mário Branco e Adriano Correia de Oliveira, interpretados por 180 músicos

26 abril 2024 O Jornal Económico



Na noite de 24 de abril, o video-mapping "Uma ideia de Futuro", encheu o Terreiro do Paço de fotografias captadas em Abril de 1974



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Homenagem à Operação 'Fim do Regime' chega ao Terreiro do Paço, em Lisboa, sob o olhar atento do Presidente da República e primeiro-ministro



JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Os cravos marcaram presença na Assembleia da República, assim como os Capitães de Abril



JOSE SENA GOULÃO/LUSA

ID: 110809750

26-04-2024 | ET CETERA

No dia 25 de abril de 2024, a Avenida da Liberdade, em Lisboa, foi pequena para os milhares de pessoas que quiseram celebrar na rua os 50 anos de Liberdade



Chaimites desfilam avenida abaixo. No Largo do Carmo, emoções e os sorrisos ao rubro



FOTOS: CRISTINA BERNARDO



O fotógrafo Eduardo Gageiro, então e agora de máquina fotográfica ao peito.



Helena Roseta, arquiteta e política, marcou presença nesta imensa 'festa' em nome da Liberdade.





50 anos de Democracia, conquistas e desafios

25 de Abril de 2024 ■ É tempo de balanço para a democracia que agora celebra cinco décadas. Levou tempo a amadurecer. É um processo inacabado, mas as conquistas foram imensas. É, também, hora de pensar no futuro, olhando para o país que hoje somos.

CRISTINA BERNARDO

Et cetera

50 anos de Democracia, conquistas e desafios. É tempo de balanço **25 de abril** ■

